

**ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2017/2018**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** ES000107/2018  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 09/03/2018  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR008070/2018  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46287.000076/2018-12  
**DATA DO PROTOCOLO:** 07/03/2018

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS PETROLEIROS DO ESPIRITO SANTO, CNPJ n. 31.787.989/0001-59, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). REINALDO ALVES DE OLIVEIRA;

E

BALTAZAR CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA, CNPJ n. 39.312.954/0001-75, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). LOURENCO SIQUEIRA BALTAZAR;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de agosto de 2017 a 31 de julho de 2018 e a data-base da categoria em 01º de agosto.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados que trabalham no contrato de Caldeira, nas áreas da PETROBRAS-ES entidade esta filiada a FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS-FUP, com abrangência territorial em todo estado do Espírito Santo, além de estender-se, com abrangência territorial em Conceição Da Barra/ES, Jaguaré/ES, Linhares/ES e São Mateus/ES.**

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

A **EMPRESA** adotará a partir de 1º de agosto de 2017, o piso salarial de **R\$ 951,45** (novecentos e cinquenta e um reais e quarenta e cinco centavos) e nunca inferior ao salário mínimo vigente, para todos os empregados que atuam no contrato de Caldeira, na área da PETROBRAS-ES.

**Parágrafo Único** – Os empregados admitidos após 1º de agosto de 2017, obedecerão à escala salarial vigente na EMPRESA, percebendo salário nunca inferior ao piso salarial, da EMPRESA prevista no caput desta Cláusula.

**REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS****CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

A **EMPRESA** reajustará a partir de 1º de agosto de 2017, o salário de seus empregados em 2,0% (dois virgula zero por cento).

**PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**

**CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

A **EMPRESA** se compromete a pagar os salários de todos os empregados até dia primeiro do mês subsequente.

**GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS  
OUTROS ADICIONAIS****CLÁUSULA SEXTA - CONFINAMENTO**

Os empregados que trabalham confinados ao seu local de trabalho, receberão o adicional de 10% do salário base, a título de Adicional de Confinamento quando for em terra e 30% do salário base, quando em mar.

**CLÁUSULA SÉTIMA - PERICULOSIDADE - NOTURNO - HRA – SOBREAVISO**

Os adicionais serão pagos na porcentagem que se segue:

I) Para Turno Ininterrupto de Revezamento:

Adicional de Periculosidade .....	30 %
Adicional Noturno .....	26 %
Adicional Hora de Repouso e Alimentação .....	32.5 %

**Parágrafo Primeiro** - Os adicionais serão calculados de forma não cumulativa, ou seja, serão calculados todos sobre o salário base.

**Parágrafo Segundo** – Sempre que o trabalho efetivo, em jornada de trabalho de regime em Sobreaviso, exceder às 12 (doze) horas será devido o pagamento de horas extraordinárias.

**CLÁUSULA OITAVA - HORA EXTRA**

As horas-extras trabalhadas e não compensadas serão pagas à razão de 100% (cem inteiros por cento) da hora da jornada normal, ou seja, pagas em dobro, não em triplo, calculadas sobre o salário-base do mês, mais os adicionais previstos na Cláusula 6ª (sexta) e 7ª (sétima) deste Acordo. Para fins da aplicação do aqui previsto são consideradas horas-extras as abaixo listadas:

a) Horas trabalhadas além da jornada diária de 12 horas para o pessoal que trabalha em turno ininterrupto de revezamento; horas trabalhadas além de 12 horas efetivas de trabalho para o pessoal que trabalha em regime de sobreaviso e horas trabalhadas além de 8 horas para o pessoal que trabalha no horário diurno entre 05:00 e 22:00 horas.

b) Horas trabalhadas além da jornada diária de 8 horas para o pessoal que trabalha em regime administrativo.

c) Horas trabalhadas nos dias fora da escala normal de revezamento, seja por permanência no trabalho ou pela sua antecipação de retorno ao trabalho, quando o empregado estiver de folga.

d) Horas em treinamento, cursos e palestras, realizados no período de folga ou descanso, serão pagos pela Empresa conforme previsto na Lei.

**Parágrafo Primeiro** - Poderá haver a compensação em folgas das horas-extras realizadas, obedecido o limite mensal de 200 (duzentos) horas trabalhadas.

**Parágrafo Segundo** - Caso as horas-extras não sejam pagas, porém compensadas, serão feitas na proporção de 2 para 1, ou seja, 2 dias de folga para cada dia de 12 horas trabalhadas.

**Parágrafo Terceiro** - O cálculo das horas-extras trabalhadas para o pessoal que trabalha em turno ininterrupto de revezamento será feito aplicando-se o divisor de 180 horas e 200 horas para o pessoal em regime administrativo.

**Parágrafo Quarto** - O cálculo das horas-extras para o pessoal que trabalha no horário diurno de 05:00 às 22:00 horas ou em regime de sobreaviso será feito aplicando-se o divisor de 200 horas.

**Parágrafo Quinto** - O pagamento das horas-extras será feito, no máximo, com a folha do mês seguinte ao do mês da efetiva realização das horas-extras.

**Parágrafo Sexto** - Será fornecido lanche balanceado a partir da segunda hora-extra.

## CLÁUSULA NONA - HORAS IN ITINERE

A empresa incluirá nos proventos dos empregados a partir do mês de outubro de 2014 e somente para os que atuam nas estações da Petrobras (campo), 15 (quinze) horas in itinere, pelo tempo despendido até o local de trabalho, de difícil acesso e não servido por transporte regular público, Lei nº 10243 de 19/06/2001, artigo 58 da CLT, parágrafo segundo.

## CLÁUSULA DÉCIMA - INTERINIDADE

A **EMPRESA** garante o pagamento do Adicional de Interinidade a partir do primeiro dia de substituição que não tenha caráter meramente eventual, em qualquer situação, tendo como base o salário da função interina. Em qualquer caso, o prazo da interinidade não poderá ser superior a 180 (cento e oitenta) dias contínuos.

**Parágrafo Único** - A permanência do substituto por mais de 180 (cento e oitenta) dias na função, obrigará a sua efetivação na função, cargo ou vaga.

## PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - NEGOCIAÇÃO DA PR

A **EMPRESA** pagará a todos os seus trabalhadores lotados no contrato de Caldeira, no mês de abril do ano posterior, a título de PR (Participação nos Resultados), conforme lei 10.101/2000, de 19/12/00.

**Parágrafo Único** - O referido montante será obtido através do somatório de 1/12 (um doze avos) para cada mês efetivamente trabalhado ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias trabalhados, no período de 1º de janeiro de

2017 até 31 de dezembro de 2017.

## AJUDA DE CUSTO

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CUSTOS COM MEDICAÇÃO

Nos casos de acidente de trabalho e/ou ocorrência de doença Ocupacional com os empregados da EMPRESA, todos os custos com a medicação necessária, serão custeados pela EMPRESA, por doze meses, até o limite anual de R\$1.000,00 (mil reais), mediante a apresentação da prescrição médica e da nota fiscal.

**Parágrafo Único** – Os custos serão devidos quando não atendidos as normas de PPRA e PCMSO e, quando a doença Ocupacional for adquirida no período do contrato vigente.

## AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

O auxílio alimentação é fornecido de acordo com o Contrato de prestação de Serviços entre a EMPRESA com a Petrobras.

## SEGURO DE VIDA

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PLANO DE SEGURO DE VIDA

A EMPRESA deverá fornecer aos seus empregados além do seguro contra acidente de trabalho obrigatório feito junto ao INSS, outro plano de seguro de vida, com valor nunca inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

**Parágrafo Único** – A EMPRESA deverá fornecer cópia da apólice do seguro a todos os empregados, no prazo máximo de 30 dias após a assinatura deste acordo.

## OUTROS AUXÍLIOS

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO MÉDICO E ODONTOLÓGICO

A EMPRESA fornecerá aos seus empregados, inclusive aos afastados por auxílio doença, doença ocupacional ou acidente de trabalho plano de Assistência Médica e Odontológica incluindo seus dependentes legais, de forma participativa com 25% referente a consultas e exames.

**Parágrafo primeiro** – O plano de Assistência Médica e Odontologia prevista no *caput*, darão cobertura a todos os dependentes legais diretos do empregado, filho (as) (até 21 anos de idade, desde que não emancipado), esposo (a), companheiro (a) e filho deficiente físico/mental até 21 anos de idade.

**Parágrafo segundo** – Em caso de morte do empregado por acidente no trabalho ou doença ocupacional, a EMPRESA, continuará a fornecer a Assistência Médica e de Odontologia aos seus dependentes por 6(seis) meses, sem ônus para os mesmos.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

A EMPRESA e o SINDICATO acompanharão a qualidade e a abrangência dos serviços Médicos e Odontológicos prestados aos empregados.

## EMPRÉSTIMOS

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CRÉDITO COM DESCONTO EM FOLHA

A **EMPRESA** se compromete a assinar acordo que viabilize operações de crédito com desconto em folha de pagamento aos empregados de acordo com a MP nº. 130 e pelo Decreto-Lei nº. 4.840, ambos de 17 de setembro de 2003.

## RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE MÃE

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ESTABILIDADE GESTANTE

A **EMPRESA** garante emprego e salário à empregada gestante nos termos do estabelecido no Art. 10, inciso II, alínea 'b' do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

## ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ACIDENTE NO TRABALHO

A **EMPRESA** garante emprego e salário, pôr um ano ao empregado acidentado no trabalho, a partir da cessão do auxílio doença acidentário. Esta garantia não vigorará nos casos de rescisão de contrato com base no artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

### CLÁUSULA VIGÉSIMA - PORTADOR DE DOENÇA PROFISSIONAL

A **EMPRESA** assegura as mesmas garantias de emprego e salário concedidas aos acidentados no trabalho, ao empregado portador de doença profissional, contraída no exercício do atual emprego, desde que comprovada pelo órgão de saúde da **EMPRESA** ou pelo órgão competente da Previdência Social.

## JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - TURNO ININTERRUPTO REGULAMENTADO POR LEI

Quando o serviço for em turno ininterrupto de revezamento ou em regime de sobreaviso, será sempre regulado pela lei 5811/72, conforme a orientação jurisprudencial do TST-SDI-240.

No caso de turno ininterrupto de revezamento com jornada normal diária de 12 (doze) horas poderá ser conforme abaixo:

- a) Aplicada à regra de, para cada dia de trabalho, 1 dia e meio de folga para o regime de turno ininterrupto de revezamento, no sistema de 14 dias de trabalho por 21 dias de folga ou suas proporcionalidades.

Fica expressamente consignado que as folgas, além da 5ª folga mensal, destinam-se a compensar as horas extras excedentes à 6ª hora diária.

b) Também poderão ser aplicados os Art. 03 e 04 da lei 5.811/72 para o turno ininterrupto de revezamento quando, então, serão pagas 20 horas-extras a 100% por mês, conforme Cláusula 20ª deste Acordo. Estas horas, juntamente com as folgas, além da 5ª folga mensal destinam-se a compensar as horas excedentes à 6ª hora diária.

**Parágrafo Primeiro** - A escolha da aplicação do regime de trabalho entre os previstos nas alíneas a) ou b) desta cláusula será feita anualmente em assembléia dos empregados, reconhecida pelo SINDICATO, acompanhada pela EMPRESA e pelo SINDICATO por ocasião do acordo coletivo.

**Parágrafo Segundo** - No caso de implantação da jornada de 14 dias trabalhados por 21 dias de folga ou suas proporcionalidades, prevista no item a) não se aplicará à compensação de 30 horas-extras, alternativamente, previstas no item b) desta cláusula.

**Parágrafo Terceiro** - A concessão de folgas em qualquer dos sistemas de revezamento de que trata esta cláusula, assim como no regime de sobreaviso, quita o repouso remunerado, conforme o art. 7º da lei 5.811/72, ou seja, não é devido o pagamento do DSR em relação a prática de qualquer dos sistemas de revezamento de que trata esta cláusula para os admitidos após 1º de setembro de 2011.

**Parágrafo Quarto** - O SINDICATO reconhece que estes sistemas afastam a obrigatoriedade da carga horária semanal de 36 horas e da jornada mensal de 180 horas, quando necessária adaptação da escala de folga aos turnos.

## FÉRIAS E LICENÇAS REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS

A **EMPRESA** concederá aos seus empregados, gratificação de férias nos termos do Art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal de 1988.

## OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL

Em caso de doença ocupacional ou acidente de trabalho típico, contraída no exercício do atual emprego, desde que comprovada pelo órgão de saúde da **EMPRESA** ou pelo órgão competente da Previdência Social, a **EMPRESA** complementarará o salário do empregado conforme a tabela abaixo:

Tempo de Afastamento	Complementação Salarial – INSS
Até 03 meses de Afastamento	Ao invés da empresa pagar o salário bruto, deduzirá do valor o benefício recebido do INSS e fará a complementação Salarial.
De 04 até 06 meses	A empresa pagará somente a complementação de 80% do salário bruto.
De 07 até 09 meses	A empresa pagará somente a complementação de 60% do salário bruto.
De 10 até 12 meses	A empresa pagará somente a complementação de 40% do salário bruto.
Após 12 meses de Afastamento	A empresa suspenderá a complementação salarial.

## SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE E SEGURANÇA

A **EMPRESA**, mediante prévio entendimento, assegurará o acesso aos locais de trabalho, de 1 (um) Médico do Trabalho e/ou 1 (um) profissional da área de Segurança do Trabalho, do **SINDICATO**, para acompanhar as condições de salubridade e segurança.

### CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ELEIÇÃO DA CIPA

A **EMPRESA** garante a comunicação das eleições da CIPA, aos **SINDICATOS**, com antecedência de 90 (noventa) dias, fornecendo aos mesmos, sempre que solicitada, a distribuição dos setores correspondentes a cada representante dos empregados a ser eleito.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PARTICIPAÇÃO DO SINDICATO NAS ELEIÇÕES DA CIPA

A **EMPRESA** permitirá a participação do representante da direção sindical nas reuniões da CIPA e facilitará a ação preventiva e corretiva da mesma visando a eliminação e/ou controle dos riscos no ambiente de trabalho, fornecendo ao mesmo, cópias de suas atas e calendário de reuniões anual.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO - C.A.T.

A **EMPRESA**, assegura o encaminhamento ao **SINDICATO** no prazo de 5 (cinco) dias de sua emissão, da cópia da comunicação do acidente de trabalho (CAT).

## EXAMES MÉDICOS

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO EXAME MÉDICO DEMISSIONAL

De acordo com o previsto no sub-ítem 7.4.3.5.2 da Portaria SSSTb de 08/05/96 (alteração da NR7), o exame Médico demissional será, obrigatoriamente, realizado até a data da homologação da demissão, desde que o último exame Médico Ocupacional tenha sido realizado há mais de 90 (noventa) dias.

## PROFISSIONAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ACESSO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA

A **EMPRESA**, mediante prévio entendimento, assegurará o acesso aos locais de trabalho, de 1 (um) Médico do Trabalho e/ou 1 (um) profissional da área de Segurança do Trabalho, dos **SINDICATOS**, para acompanhar as condições de salubridade e segurança.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DAS NORMAS DE SEGURANÇA

Fica assegurado a todos os empregados, o direito de prestarem serviços dentro das normas de segurança e medicina do trabalho do Ministério do Trabalho.

## RELAÇÕES SINDICAIS REPRESENTANTE SINDICAL

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ESTABILIDADE DE EMPREGO AO DELEGADO SINDICAL

Fica assegurado ao delegado sindical eleito, conforme a lei, sua estabilidade no emprego, durante o mandato, e 1 (um) ano após o mandato, exceto por falta grave devidamente comprovada na forma da lei, extinção de atividade ou término do Contrato com a tomadora do serviço na base de lotação do empregado.

**Parágrafo Primeiro** – Será eleito um delegado sindical por cada base sindical de atuação da **EMPRESA**.

**Parágrafo Segundo** – Poderá ser eleito, no máximo, 1 (um) empregado da **EMPRESA** como delegado sindical em cada mandato para cada base sindical.

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - LIBERAÇÃO DO DELEGADO SINDICAL

A **EMPRESA** se compromete, desde que solicitado por escrito pelo **SINDICATO**, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas horas), a liberar o delegado sindical somente para desempenhar atividades sindicais, sem prejuízo da remuneração.

## CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

A **EMPRESA** descontará de **todos os seus empregados**, as importâncias aprovadas nas Assembléias Gerais do **SINDICATO**, realizada no dia 29 de setembro de 2017, nas Locações ATPNC, em São Mateus-ES, nos termos do disposto nos incisos IV e V do artigo 8º da Constituição da República, para suprir os custos com despesas relacionadas a presente negociação coletiva e manutenção da entidade sindical laboral, ser descontado, mensalmente, dos salários base de todos os trabalhadores o valor equivalente a 1% (um por cento) do líquido total, e repassados para o SINDIPETRO-ES, a título de fortalecimento e contribuição sindical dos trabalhadores.

**Parágrafo Primeiro** – Fica garantido o direito de oposição dos discordantes, mediante documento por estes firmados, dirigido à **EMPRESA** e com cópia obrigatória ao **SINDICATO**, no prazo de 10 (dez) dias a partir da referida comunicação.

**Parágrafo Segundo** – Os valores referentes ao fortalecimento e contribuição sindical serão descontados em folha de pagamento e deverão ser repassados no máximo até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês trabalhado. Esses descontos deverão constar de relatório mensal com relação nominal e salarial dos associados que sofreram desconto, conforme previsto no artigo 545 da CLT, que será enviado juntamente com o comprovante do pagamento ao SINDIPETRO-ES.

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DO ENVIO DOS COMPROVANTES DE ENCARGOS SINDICAIS AO SINDICATO

A **EMPRESA** se compromete a enviar, desde que solicitado, para o **SINDICATO**, comprovantes de regularidade para com os recolhimentos das suas obrigações sindicais e encargos sociais.

**Parágrafo Único** – Consideram-se obrigações sociais e sindicais:

- a) recolhimento da contribuição sindical econômica e profissional ao Sindicato;
- b) cumprimento integral deste Acordo Coletivo de Trabalho;
- c) cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista;
- d) recolhimento de todas as contribuições referentes ao INSS e FGTS.

## OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DAS HOMOLOGAÇÕES

As homologações trabalhistas de todos os empregados da **EMPRESA** serão realizadas no **SINDICATO**, conforme previsto em Lei.

**Parágrafo Primeiro** – São imprescindíveis à homologação da rescisão contratual, além dos discriminados na Instrução Normativa MTPS/SNT N° 2, de 1992:

1. Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (5 vias);
2. Carta de Preposto;
3. Carteira Profissional (CTPS) atualizada;
4. Aviso Prévio ou carta de pedido de dispensa, assinada pelo trabalhador;
5. Cópia autenticada do exame médico demissional de que se trata a NR-7 do MTb, assim como do respectivo Atestado de Saúde Ocupacional;
6. Extrato de FGTS (atualizado);
7. Cheque visado/administrativo/dinheiro ou depósito juntamente com comprovante do pagamento;
8. Guia do Seguro Desemprego (dispensa sem justa causa);
9. Guia de recolhimento da multa do FGTS;
10. Chave de movimentação de conta vinculada FGTS conectividade social;
11. Se incidir horas extra, trazer a planilha com a média das horas extras incidentes sob as verbas rescisórias;
12. Entrega ao trabalhador de cópia autenticada do perfil profissiográfico profissional (PPP) das atividades desenvolvidas, conforme previsto em lei;
13. Cópia autenticada do Mapa de Risco Ambiental das áreas em que trabalhou o empregado, como previsto na NR-9 do MTb, acompanhado da discriminação dos agentes agressivos presentes nas mesmas;

**Parágrafo Segundo** – É da responsabilidade da empresa contactar seu empregado para comparecer ao sindicato para realização da homologação;

**Parágrafo Terceiro** – O prazo para homologação não poderá ser maior que, o mesmo previsto para o pagamento da verba rescisória, ou seja, após dez dias da dispensa do empregado, estará o empregador sujeito a multa, conforme art. 477 da CLT.

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DO ACESSO DO SINDICATO À EMPRESA

A **EMPRESA** garantirá livre acesso nas suas dependências à diretoria dos SINDICATOS.

## DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DA APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

As partes signatárias do presente instrumento se comprometeram a observar e cumprir os dispositivos e normas pactuadas no presente Acordo Coletivo.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DA VALIDADE DAS CLÁUSULAS**

O presente Acordo Coletivo terá validade no dia 1º de agosto de 2017 até 31 de julho de 2018.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DA RENOVAÇÃO / RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

Concordam as partes, ainda, que no período de 30 (trinta) dias anteriores ao término do presente Acordo Coletivo poderão ser iniciadas as negociações visando a repactuação e/ou revisão do mesmo.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DAS CONDIÇÕES MAIS VANTAJOSAS**

As condições mais vantajosas praticadas pela **EMPRESA** prevalecerão sobre o presente Acordo e passarão a integrá-lo.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO COMPETENTE**

A Justiça do Trabalho será competente para dirimir e julgar toda e qualquer dúvida ou pendência resultante do cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho, inclusive quanto a sua aplicação.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO DO ACORDO**

No caso de descumprimento por qualquer das partes ora acordantes das obrigações aqui ajustadas será devida uma multa de 04 (quatro) pisos salariais da **EMPRESA** prevista no presente Acordo Coletivo em favor da outra parte.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DA REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO**

A revisão, denúncia ou revogação, parcial ou total do presente Acordo Coletivo será em conformidade com o artigo 615 da CLT.

São Mateus-ES, 01 de agosto de 2017.

**REINALDO ALVES DE OLIVEIRA**  
MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA

**SINDICATO DOS PETROLEIROS DO ESPIRITO SANTO**

**LOURENCO SIQUEIRA BALTAZAR  
DIRETOR  
BALTAZAR CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA**

**ANEXOS  
ANEXO I - ATA DA ASSEMBLEIA**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO II - LISTA DE PRESENÇA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.